



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

### A PANDEMIA DA COVID 19 E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende problematizar dados sobre as condições, conteúdo e dinâmica do trabalho dos profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina (SUAS/SC) no contexto da pandemia da COVID 19. Como marco teórico e analítico considera-se o debate marxiano e as discussões inauguradas pela Teoria Marxista da Dependência. Trata-se de uma pesquisa empírica, de caráter quanti-qualitativa desenvolvida pelo Fórum de Trabalhadores do SUAS/SC por meio de instrumental *on line*. Conclui-se que o período pandêmico tem apresentado inúmeros desafios aos(as) trabalhadores(as) do SUAS/SC, onde dificuldades já existentes se complexificaram e novas fizeram parte do cotidiano de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Capitalismo dependente. Pandemia COVID 19. Assistência Social.

**Abstract:** This article intends to problematize data on the

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

conditions, content and dynamics of the work of professionals who work in the Unified Social Assistance System in Santa Catarina (SUAS/SC) in the context of the COVID 19 pandemic. As a theoretical and analytical framework, the Marxian debate and the discussions inaugurated by the Marxist Theory of Dependence are considered. This is an empirical research, of a quanti-qualitative nature, developed by the Workers' Forum of SUAS/SC through online instruments. It is concluded that the pandemic period has presented numerous challenges to the workers of SUAS/SC, where existing difficulties became more complex and new ones were part of the daily work

**Key words:** Work. Dependent capitalism. COVID Pandemic 19. Social Assistance.

## 1. INTRODUÇÃO

O jornal eletrônico Correio Braziliense noticia a seguinte manchete no dia dezoito de julho de 2021: “Pessoas fazem fila para doação de ossos em açougue de Cuiabá”. A crise econômica e sanitária que a humanidade atravessa desde o ano de 2019, não dá tréguas, especialmente aos trabalhadores que tem suas vidas penalizadas por seus efeitos e expressões. Parte-se do entendimento que tais condições perpassam estruturalmente a existência material e subjetiva dos trabalhadores da periferia do desenvolvimento capitalista. Pressupõem-se que a pandemia da COVID 19 inaugura o seu agravamento e a deterioração radical da possibilidade de atendimento e garantia das necessidades sociais básicas da população, em uma realidade social contraditória calcada na superexploração da força de trabalho.

Como forma de enfrentamento a essa conjuntura, trabalhadores tendem a buscar inúmeras formas de atender suas necessidades mais elementares - sendo

uma delas por meio do acesso a política de assistência social. Considerados como trabalhadores da linha de frente nos diferentes serviços da política, os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) experimentaram transformações na realidade de seu trabalho cotidiano. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar e problematizar dados sobre as condições, conteúdo e dinâmica do trabalho no SUAS em Santa Catarina no contexto da pandemia, tendo como pressuposto a dependência enquanto uma relação estruturante e estrutural na organização do mundo do trabalho.

Os dados apresentados neste artigo constituem como parte da pesquisa desenvolvida pelo Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS/SC (FETSUAS/SC). Por oportuno vale deixar registrado que a Coordenação estadual e executiva do FETSUAS/SC contou com a parceria do *Comitê SUAS/SC Covid -19: Em Defesa da Vida* na divulgação da pesquisa, assim como contou com a colaboração das entidades que compõem a coordenação do referido fórum.

Por meio de um grupo articulador do FETSUAS elaborou-se um instrumental *on line* (formulário *google*) de coleta de dados que foi enviado a todos os contatos de profissionais que atuam no SUAS/SC constantes na base de cadastros do fórum. O instrumental, foi constituído de questões abertas e fechadas, foi estruturado de modo a viabilizar a coleta de dados sobre a qualificação dos(as) trabalhadores(as), bem como sobre as relações e condições de trabalho, com destaque para aquelas vigentes no contexto da pandemia supracitada.

Do total de formulários eletrônicos enviados, foram devolvidos 362 instrumentos. As respostas foram coletadas entre os dias 17 de julho a 10 de agosto de 2020, configurando um tempo relativamente curto para o volume de respostas obtidas. Isso revela que, apesar das dificuldades encontradas pelos(as) trabalhadores(as) no contexto da crise sanitária, a importância da iniciativa foi percebida de modo a mobilizar os(as) profissionais a participarem.

O presente artigo estrutura-se tendo como ponto de partida esta introdução, bem como é composto por mais duas seções – na primeira discute-se a categoria trabalho na visão de Marx e de alguns estudiosos marxistas que buscaram reivindicar a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina. Na

segunda seção problematiza-se os dados da pesquisa a luz do referencial teórico crítico produzido pelo Serviço Social, com destaque para as mudanças e desafios no cotidiano de trabalho dos profissionais do SUAS/SC. Como último tópico deste trabalho, apresenta-se algumas considerações finais.

## **2. O TRABALHO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO E A PANDEMIA DA COVID 19**

E ainda assim, diante da opressão, do saqueio e do abandono, nossa resposta é a vida. Nem os dilúvios, nem as pestes, nem a fome, nem os cataclismos, nem mesmo as guerras eternas através dos séculos e séculos conseguiram reduzir a vantagem tenaz da vida sobre a morte (GARCÍA MARQUEZ, 1982).

Não é novidade afirmar que a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) aprofundou significativamente as contradições do desenvolvimento capitalista, especialmente nas sociedades de capitalismo dependente.

Os impactos trazidos por essa crise sanitária são inúmeros, para a nossa análise nos interessa aqui de maneira geral pontuar os impactos no mundo do trabalho e nas relações sociais de produção, haja vista que partimos do pressuposto que o trabalho é uma categoria central organizadora da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, inicialmente resgata-se nesse tópico o arsenal categorial referenciado por Marx a respeito do trabalho. Como bem colocado por Matos (2009), Marx e Engels construíram uma teoria social inédita e revolucionária conectada ao tempo histórico em que estavam vivendo - pleno trânsito do capitalismo concorrencial para a era dos monopólios. Para além de desvendar os fenômenos do capitalismo, os referidos estudiosos estavam comprometidos com a radical transformação da sociedade, demonstraram a importância do papel que a classe trabalhadora assume no processo produtivo.

A partir da crítica da economia política Marx e Engels desvendaram que o trabalho, no modo de produção capitalista, interessa como trabalho produtivo, criador de valor. O trabalhador é possuidor da força de trabalho e o capitalista dono dos meios de produção, mas a mercadoria especial é a força de trabalho que, ao ser explorada, gera a mais-valia. É possível acumular capital somente a partir do momento em que há condições para explorar a força de trabalho. A produção capitalista não é simplesmente produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia, em síntese, o trabalhador produz não para si, mas para o capital.

Estruturalmente observa-se que as relações sociais fundantes na sociedade capitalista têm como base o antagonismo entre as classes, tal como têm no trabalho a sua forma alienada, uma vez que toda riqueza socialmente produzida é apropriada privadamente pela classe burguesa. Há um divórcio entre o trabalhador e os meios de produção, distanciando conseqüentemente o homem do trabalho - enquanto atividade consciente e transformadora do mundo e da natureza. Nessa direção, “Há, sem dúvida no capitalismo, a centralidade do trabalho para a produção da riqueza apropriada pelo capitalista. Como também identificam os autores [Marx e Engels], é o trabalho, na sua forma não alienada a essência da constituição do homem” (MATOS, 2009, p. 128).

Pensando o trabalho enquanto essência do homem, Marx irá descrevê-lo em sua obra “O capital” como atividade fundamental, pois é por meio de sua própria ação que o homem<sup>2</sup> “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255), ou seja, o homem ao transformar a natureza, transforma a si mesmo.

De acordo com Matos (2009) enquanto o animal se relaciona com a natureza de forma imediata e instintiva, o homem estabelece mediações – entre ele e a natureza e com os outros homens – que objetivam sua sociabilidade, sua consciência, sua capacidade de criar valores e alternativas de escolha, sua liberdade e sua universalidade. Logo, é por meio do trabalho que o homem se afirma

---

2 Quando nos referimos a figura do “homem”, não estamos fazendo alusão puramente ao gênero masculino, mas compreendemos enquanto gênero humano em sua totalidade e complexidade, envolvendo assim todos os sujeitos sociais.

não apenas como um ser pensante, mas como aquele que age consciente e racionalmente, descobrindo novas capacidades e habilidades (MATOS, 2009).

O processo de trabalho que na sua essência era criativo, contudo, é subsumido na história alcançando seu ápice de estranhamento no modo de produção capitalista. Foi contraditoriamente por meio da consciência e da linguagem que o homem instituiu a divisão do trabalho (MATOS, 2009). Nesta direção, o trabalho estranhado é a essência da alienação no capitalismo, expropria do homem a capacidade de identificar-se como um ser genérico por meio de sua consciência que só o trabalho, em sua substância pode propiciar (MATOS, 2009).

Localizar essa contradição do processo de trabalho na sociedade capitalista é fundamental, pois nos permite identificar as reais possibilidades encontradas e enfrentadas pelos trabalhadores cotidianamente na relação de compra e venda da força de trabalho - sejam trabalhadores que participam diretamente ou indiretamente da geração de mais valor e da valorização do capital. Em nosso entendimento, incluímos aqui os trabalhadores da política de assistência social que são o escopo da pesquisa, bem como tantos outros inseridos no processo de trabalho coletivo nas diferentes políticas sociais por meio dos serviços, programas e projetos.

Posto isto, consideramos que os trabalhadores de forma geral estão sujeitos as similares determinações no mundo do trabalho, uma vez que necessitam vender a sua força de trabalho. Nessa direção, Matos (2009) irá reforçar que a atuação profissional nos diferentes espaços ocupacionais não se dá de maneira isolada, há um trabalho coletivo que é permeado por tensões e características próprias, influenciadas, contudo, pela forma como o trabalho vem sendo desenvolvido na sociedade capitalista.

Segundo Costa (2009) a atividade profissional do assistente social como tantas outras profissões está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidade das entidades empregadoras

Ao se colocar esses elementos comuns que perpassam a existência da classe trabalhadora como um todo, consideramos ao mesmo tempo, ser válido

destacar a heterogeneidade que atravessa a classe em suas expressões tais como: gênero, etnia, cor/raça.

De acordo com Gouvêa e Mastropaolo (2019, p. 4) “compreender a classe dissociada da divisão racial, sexual e internacional do trabalho é uma idealização. Assim como também o é compreender o racismo, o patriarcado ou a dependência dissociada da mercantilização, que os sobredetermina na sociedade capitalista”. A heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira é perpassada pela particularidade das configurações do mundo do trabalho em nossa realidade a partir de sua processualidade radicalmente desigual, amplificada neste momento histórico pela conjuntura de crise sanitária do COVID 19.

Corroborando com essa ideia segundo Antunes (2018) quando se examina a dimensão do “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, com salários mais baixos, presentes de forma exemplar na terceirização cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Cabe dar ênfase ao caráter estrutural e estruturante de tais fenômenos em nossa realidade, pois entende-se que não se trata de novos fenômenos como alguns analistas e pesquisadores defendem, assim como não são advindos exclusivamente das contradições intensificadas pela pandemia da COVID 19. Diferentemente da realidade dos países centrais, em nosso continente o pleno emprego nunca chegou a se caracterizar como uma política social, é sabido que os anos de ouro do capitalismo e o Estado de Bem-Estar Social não chegou a se materializar nas bandas de cá. Tal questão pode ser explicada justamente a partir das “determinações político-econômicas processadas pelo sistema capitalista nas particularidades e dinâmica que assume na periferia do sistema de acumulação em escala mundial” (ROCHA, 2009, p. 218).

A respeito dessa particularidade, Marini (2005) sinaliza que o modo de produção capitalista na América Latina possui um caráter “*sui generis*”, essa ideia trata da consideração das formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial.

Para o referido autor o fundamento da dependência é a superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado em nossas economias através da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, caracteriza-se como um padrão de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva, para além desses fatores, Marini ainda considera que a remuneração da força de trabalho em nossos trópicos ocorre abaixo de seu valor, fazendo com que o fundo de consumo do trabalhador converta-se em fundo de acumulação do capital.

A superexploração da força de trabalho implica na desigualdade intensa desde seu nascimento na relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, expressando-se no preço do salário inferior à necessidade diária de reposição da força de trabalho.

Em síntese, a superexploração se traduz em salários pagos abaixo do valor necessário para a reprodução de vida do trabalhador e uma vida cotidiana de satisfação das necessidades básicas, intensamente atrelada ao crédito-endividamento dos trabalhadores - marcas tangíveis do caráter da superexploração da força de trabalho na América Latina (TRASPADINI, 2016).

Tal configuração estrutural explica a forma fundamental de produção de mais-valia e o porquê do aparato produtivo e a esfera da circulação tendem a caminhar desligados, reproduzindo um capitalismo que leva ao extremo as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, repercutindo em péssimas condições de vida às massas.

Tendo em vista os elementos problematizados no que tange a particularidade do desenvolvimento capitalista latino-americano, conjectura-se que a pandemia da COVID 19 assume em nossos países contornos ainda mais dramáticos dadas as condições econômicas e sociais dos trabalhadores - as quais já eram precárias - e com a pandemia deterioraram-se vertiginosamente a ponto de inviabilizar o atendimento de qualquer necessidade mais imediata, tal como o direito à alimentação.

Acrescentamos a isso a desafiante conjuntura em que se insere o Brasil com um governo ultraneoliberal (FIUZA, 2020; BEHRING, 2020) de características

fascistas (MELO, 2020), capitaneado claramente por um projeto de destruição e barbárie social.

Desde o início da pandemia do COVID 19 assistiu-se a ausência de um planejamento político emergencial fundamentado nas recomendações das autoridades sanitárias, assim como também um plano que considerasse o atendimento à satisfação das necessidades sociais dos trabalhadores nos períodos de isolamento social, no qual ainda não tinha-se a perspectiva de vacinação (sobretudo para a parcela de autônomos, informais, desempregados, para a juventude desalentada) e até mesmo aos trabalhadores que sofreram com os impactos da crise econômica e sanitária em suas relações de trabalho formais possíveis. Em suma, por uma política de proteção aos trabalhadores, a qual contemplasse a heterogeneidade e a particularidade da classe trabalhadora brasileira.

Não obstante presencia-se ainda a propagação de ideias e comportamentos negacionistas e irracionalistas, o descaso, a falta de investimentos no sistema público de saúde – (o qual trouxe graves consequências a exemplo da falta de leitos, situação que gerou enormes filas de espera para acesso a internações, tendo como resultado inúmeras mortes passíveis de serem evitadas, a falta de Oxigênio e medicamentos sedativos em vários estados brasileiros para pacientes que precisavam ou já encontravam-se intubados), e a ausência de investimentos e fomento na política de ciência e tecnologia.

Certamente o contexto de desfinanciamento de tais políticas sociais, em especial das políticas de saúde e assistência social – que serão enormemente convocadas nesse cenário, não são inéditos, pois as retiradas de direitos sociais dos trabalhadores têm ocorrido de forma sistemática e estrutural em nossa realidade.

Defende-se que o fenômeno do desfinanciamento das políticas sociais não ocorre puramente pela falta de recursos, embora o Estado insista em vender à população o mito da “escassez” como bem problematizado por (BEHRING, 2020), acredita-se que tal situação é proveniente de processos que estão bem vinculados e articulados com a dialética que opera o desenvolvimento capitalista em nossa região, especialmente no papel que cumpre o Brasil na dependência econômica e

tecnológica frente aos países centrais, assim como o papel desempenhado pelo Estado e pelas classes sociais.

Nesse sentido, ao se localizar a dialética da dependência conforme apresentada por Marini, é notório que todas essas expressões compõem e atualizam o complexo de funcionamento da dependência, escancarando os limites civilizacionais colocados pelo capital por meio da política social no capitalismo dependente.

Como referenciado acima, considera-se o Estado e a burguesia peças-chaves no que diz respeito à política adotada na condução da crise econômica e sanitária no país, nesse sentido, a resposta engendrada pelo capital foi colocar inteiramente sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade por enfrentar e “sobreviver” os efeitos desta crise. Desse modo, “Aos bancos e a todos os homens de fortuna, tudo; aos desafortunados, miséria, morte e luto”, é esse o adágio das nossas instituições e seus chefes (DEMIER, 2020, p. 90).

Nesse cenário de pandemia, com um governo ultraneoliberal, coube então a cada trabalhador buscar de forma individual uma saída – particularmente para aqueles trabalhadores que desde o início da pandemia não contaram com a possibilidade de parar de trabalhar e “ficar em casa”. Nota-se que a chamada quarentena ou o isolamento social foi uma medida da qual nem todos os brasileiros puderam cumprir, pois a necessidade dos trabalhadores em garantir sua reprodução material se sobrepôs aos cuidados sanitários exigidos. Assim como, grande parcela das famílias trabalhadoras teve dificuldades em cumprir as demais medidas e etiquetas de higiene como lavar as mãos, uma vez que em nosso país há ainda inúmeras famílias que não contam com água encanada, evidenciando assim as péssimas condições de moradia que vive a classe trabalhadora.

Em suma, tais questões revelam um grande fosso existente na sociedade brasileira, fruto de relações sociais desiguais e extremamente injustas, difundidas na forma de se vivenciar a pandemia e o acesso a riqueza e aos serviços produzidos socialmente.

Nesse contexto, a informalização, a precariedade do trabalho e a superexploração são recursos cada vez mais acionados e intensificados pela

burguesia na pandemia, exemplo disso é o estrondoso aumento da parcela de trabalhadores que se vincularam às plataformas digitais para prestar serviços (vender a sua força de trabalho) enquanto entregadores.

De acordo com Amaral (2021), as plataformas digitais, a inteligência artificial e a economia de compartilhamento são denominações e recursos que se expandem e passam a integrar diversas dimensões da vida social, sob a marca da inovação, do desenvolvimento autônomo dos sujeitos, dos aprendizados individualizados e das suas experiências práticas.

Essas novas formas de gestão da força de trabalho obtêm cada vez mais espaço na sociedade capitalista, tendo os grandes conglomerados internacionais como seus propositores e gestores por meio do alto desenvolvimento tecnológico, sua presença é demarcada em quase todo mundo.

O capital nesta fase de desenvolvimento tenta ao máximo ocultar a contradição entre capital e trabalho, ainda mais no cenário de crise que se atravessa, nessa tentativa fica mais evidente a atualidade do pensamento de Marx, pois sem exploração do trabalho não há lucro, sem lucro não há capital, motivo pelo qual se explica o desespero tanto do Presidente quanto dos empresários na campanha pela reabertura das atividades nos momentos do auge da infecção e do número de mortes provocadas pela COVID 19.

O conflito entre capital e trabalho na periferia capitalista materializa-se na dimensão de quem pode viver e de quem pode morrer, essa autorização constitui-se a partir de vários demarcadores, especialmente de classe, gênero e etnia e da dependência como elemento estrutural como já problematizado aqui.

### **3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS EM SANTA CATARINA NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID 19**

Apreender algumas dimensões da realidade do trabalho cotidiano dos(as) profissionais do SUAS/SC no contexto da pandemia do COVID 19 se faz mais do que necessário, uma vez que os impactos gerados pela crise econômica e sanitária

vem demandando cada vez mais a atuação de tais profissionais na referida política. Neste sentido, muitos questionamentos surgem, especialmente os relacionados a forma e a dinâmica do trabalho nesta conjuntura.

Sendo assim, na pesquisa realizada entre os meses de julho e agosto de 2020, aproximadamente 72% dos (as) profissionais do SUAS/SC, relataram que se encontravam trabalhando somente de forma presencial. Desse número, alguns mencionaram permanecer trabalhando para além de sua jornada por meio de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

No que diz respeito as TIC, nos relatos dos profissionais foi possível depreender que os empregadores não ofereceram os devidos dispositivos para os(as) trabalhadores(as) realizarem suas atividades cotidianas, o que força o uso de equipamentos de uso privado para que o trabalho não seja interrompido. Além disso, muitos relatos indicaram as dificuldades relacionadas ao fato de que parte significativa dos(as) usuários(as) não possuem condições para acessar aos serviços públicos por meio do uso das TIC.

Dialogando com esta realidade, recupera-se a reflexão de Veloso (2011), o qual referencia que dentre as inúmeras questões contemporâneas que impactam o exercício profissional do assistente social está – as possibilidades de uso das inovações tecnológicas no trabalho profissional. Dado o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, tais tecnologias vem integrando cada vez mais o cotidiano e a rotina dos profissionais, gerando inclusive novos impactos na atual conjuntura com a pandemia da COVID 19.

Retomando os dados da pesquisa, outros 22% declararam que estavam cumprindo suas jornadas de trabalho combinando o modo presencial com as formas de trabalho remoto/teletrabalho/*home office*. Merece destaque também o fato de 3% dos(as) trabalhadores(as) participantes da pesquisa que declararam estar, no momento do levantamento, trabalhando exclusivamente por meio remoto/teletrabalho/*home office*, quase todos(as) integrantes do grupo de risco.

Em alguns formulários de pesquisa, os(as) respondentes não informaram a forma de como a jornada de trabalho estava sendo cumprida, mencionando, apenas, que em algum momento estavam ou estiveram com suspeita ou tratamento de

Covid-19, estavam afastados(as) com atestado de saúde ou que tinham requerido redução de jornada com redução proporcional de salário. Outros só responderam que estavam desfrutando de férias e/ou folgas.

Há que se considerar, contudo, que as formas de cumprimento da jornada de trabalho dos(as) trabalhadores(as) no curso da pandemia foram se alterando tanto em razão dos índices de contágio e que, de algum modo, tensionaram a reorganização dos serviços socioassistenciais em virtude das regras de isolamento social, como em razão das demandas da população usuária e das condições de saúde dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) do SUAS.

Parece relevante indicar que da análise dos registros constantes dos formulários da pesquisa denota-se uma tendência à defesa do teletrabalho/trabalho remoto/*home office*, como a melhor alternativa em face da pandemia para o cumprimento das funções profissionais no âmbito do SUAS/SC. A preferência pelo cumprimento da jornada por meio do teletrabalho/trabalho remoto/*home office*, contudo, não é problematizada devidamente, fazendo com que suas implicações para a classe trabalhadora como um todo também não sejam imediatamente compreendidas.

No mais, parece pertinente salientar que a preferência pelo trabalho realizado pela via do teletrabalho/trabalho remoto/*home office* por parte dos(as) respondentes da pesquisa está assentada na constatação das precárias condições para a realização do trabalho presencialmente nos locais de atendimento à população usuária da política de assistência social. A resistência de profissionais para a realização do trabalho de modo presencial está muito relacionada ao fator específico da segurança que deveria ser garantida pelos empregadores em face da pandemia, mas que não o são. Esta realidade coincide com as relatadas em outros estudos (Lima-Silva *et al*, 2020).

Considerando a situação de excepcionalidade inaugurado pela pandemia, os profissionais foram questionados sobre a permanência de sua atuação na política de assistência social ou em outros serviços, constatou-se que 78% dos(as) profissionais do SUAS/SC não foram transferidos(as) para outra política pública ou serviços, todavia 18% afirmaram ter sido deslocados(as). Ainda que não tenham

ocorrido muitas transferências ou deslocamentos (mesmo que provisórios), os(as) profissionais relatam o aumento das demandas ao assumirem outras responsabilidades.

Nas situações em que houve a transferência, constata-se que esta foi realizada no âmbito da própria política de assistência social, muito em virtude da necessidade de responder ao aumento de demandas, especialmente no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Outro dado relevante coletado refere-se ao contato direto dos(as) trabalhadores(as) com os(as) usuários e famílias no período da pandemia. De acordo com as declarações dos(as) participantes da pesquisa, 58,6% dos(as) profissionais mantiveram contato direto com os(as) usuários/acompanhantes ou familiares e 19% mantiveram esse contato somente em situações de urgência e emergência. Outros 16,8% nem sempre tiveram tal contato. Neste último caso, os contatos eram diretos quando da realização de visitas domiciliares. Além disso, 6,6% dos(as) respondentes afirmaram que não mantinham contato direto com usuários(as) e familiares na realização do trabalho.

Ao mencionarem como ocorriam os atendimentos aos(às) usuários(as) e suas famílias, profissionais registraram também o aumento das demandas a serem respondidas, bem como o fato de que as formas de atendimento foram sendo alteradas de acordo com os índices de contágio nos municípios onde atuam, o que acabava por determinar os procedimentos institucionais.

Como timidamente indicado acima, houve um aumento no número de demandas de atendimento nos serviços socioassistenciais, de acordo com a pesquisa cerca de 70% dos(as) profissionais do SUAS/SC relataram tal aumento, enquanto 17% observaram que as demandas tradicionalmente atendidas reduziram neste período e, ainda, 13% não constataram aumento de demandas no fluxo dos atendimentos.

Especificamente no que se refere as principais demandas apresentadas pelos(as) usuários(as) da política de assistência social, majoritariamente verificou-se que foram necessidades relacionadas a orientações para acesso ao auxílio emergencial devido à Covid-19 (11,7%), bem como a informações previdenciárias,

tais como aposentadoria, auxílio-doença e seguro-desemprego (7,1%). Constata-se a apresentação de demandas relativas à saúde mental (4,7%), o que sugere ter grande relação com o contexto vivido pela população em geral, indicando o sofrimento psíquico como um dos efeitos mais severos da pandemia em comento. É importante destacar que, ao selecionarmos especificamente as demandas relativas a benefícios eventuais (vulnerabilidade temporária, em virtude da situação de calamidade e emergência, auxílio natalidade e auxílio por morte), verificamos que estas foram as principais demandas levadas pelos(as) usuários(as) em busca de respostas no âmbito do SUAS/SC. Os números mostram que, considerando a totalidade das demandas indicadas pelos(as) respondentes (2.586), essas demandas corresponderam a cerca de 21,8% do conjunto. É importante notar que dentre as demandas registradas, a busca por orientações para acessar, emitir ou regularizar documentos, bem como para acessar a outros serviços públicos de forma *on line*, também ganha destaque (10,8% do total).

É preciso enfatizar que o aumento de demandas e a diversificação da natureza delas podem ser expressão do agravamento da precarização das condições de vida da população trabalhadora brasileira em face da crise econômica. Contudo, situações tais como o desemprego, a insegurança alimentar, a violência e o adoecimento mental se intensificaram ainda mais com as restrições sanitárias impostas pela Covid-19. Ao que nos parece essa tendência encontrada dialoga com os resultados de outras pesquisas desenvolvidas recentemente, as quais revelam que o contexto de pandemia da Covid-19 vem reforçando as desigualdades sociais nas populações mais vulneráveis no Brasil. Mais do que isso, é preciso perder as ilusões sobre uma realidade “pós-Covid”, certo é que continuaremos a viver o processo de complexificação da forma social e histórica regida pelo capital. Por mais que se diga que o desastre sobre as economias tem amplitude mundial, -o que é verdadeiro - os efeitos não são idênticos em todos os quadrantes do planeta. Sobre os(as) trabalhadores(as) das economias periféricas, marcadas por relações de dependência e sujeição aos interesses do capital internacional, os efeitos são mais perversos. Nessas, onde a classe trabalhadora não pode esperar para vender sua força de trabalho somente após as quedas das curvas de contaminação, o

isolamento social passa a ser apenas uma retórica sem sentido. É também essa classe que sofre as agruras do desemprego e todas as suas consequências, bem como é essa mesma classe que sofre com a ausência ou com a precariedade de serviços públicos, exatamente quando mais precisaria delas.

Dito isso, é preciso também ter presente que a crise sanitária, no Brasil, fez avançar a pauta conservadora, conforme adverte Granemann (2020), não estamos diante de uma nova crise, mas estamos vivenciando os desdobramentos de uma crise econômica estrutural que tem seus efeitos potencializados por uma crise sanitária.

De certo modo, as indicações se relacionam com demandas que se mostram muito conexas a situações agravadas e/ou desencadeadas pela crise sanitária da Covid-19, o que revela, de fato, a essencialidade da política de assistência social, ainda que nem sempre as condições de atendimento e os recursos para responder a elas estejam garantidas. Dado o processo de precarização das condições de vida e de trabalho, não é por acaso que as demandas por orientações relativas ao acesso ao auxílio emergencial e a busca por cestas básicas/alimentação são destacadas pelos(as) profissionais que implementam os serviços do SUAS/SC.

Se questões relacionadas à saúde mental se traduziam em demandas trazidas pelos(as) usuários(as) do SUAS/SC no curso da pandemia, este aspecto também foi apontado como uma das dificuldades mais significativas pelos(as) trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social, no contexto catarinense. Cerca de 34% dos profissionais fizeram menção a questões relativas à saúde mental. Outros 24% citaram a questão da alimentação. Neste particular, contudo, não é possível identificar se esta referência está relacionada à redução de recursos para atender à demanda dos(as) usuários(as) por alimentação (o que de todo modo é uma dificuldade que interfere sobre o próprio trabalho desenvolvido) ou se está relacionada aos problemas dos(as) trabalhadores(as) do SUAS/SC para conseguirem, no cumprimento da jornada de trabalho, se alimentarem, haja vista que parte importante dos serviços de bares, restaurantes e similares teve seu funcionamento comprometido na maioria das cidades do país.

Ao se analisar as principais demandas dos(as) usuários(as) da política social e os desafios colocados aos(às) profissionais do SUAS/SC no contexto da

pandemia, constatou-se que as questões relacionadas à saúde mental, envolvendo ambos os sujeitos, se sobressaem. Isso indica um importante alerta social sobre a forma com que as pessoas vêm lidando com o sofrimento humano e sociopolítico, especialmente nesse período de séria crise sanitária e social, agravadas pela crise política e intensificação dos efeitos da crise econômica vivida no país.

Outro problema bastante relevante sob o ponto de vista dos(as) trabalhadores(as) do SUAS/SC foi a falta de transporte coletivo, o que interferiu diretamente sobre as possibilidades de mobilidade urbana. Esta dificuldade constituiu cerca de 16,7% das indicadas. Não menos importante, a questão da sobrecarga de trabalho correspondeu a 13,7% dos problemas citados pelos(as) respondentes para a realização de suas atividades profissionais durante a pandemia. Além disso a falta de higienização e de EPI também foram mencionados (6% do total das indicações). Por fim, demandas dos usuários(as) relativas a dúvidas e a problemas de acesso aos benefícios e auxílios representaram 5,6% do total de dificuldades mencionadas pelos(as) respondentes.

#### **4. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS**

Do conjunto de dados coletados é possível indicar a existência de problemas importantes a serem enfrentados pela organização política dos(as) trabalhadores(as) do SUAS/SC. Esses desafios não podem ser problematizados sem que se tenha presente que as condições de trabalho desses(as) trabalhadores(as) são condicionados por dinâmicas mais amplas que se processam na sociedade de classes. Dito de outro modo, as constantes transformações em curso no mundo do trabalho impactam não só no conteúdo, na forma de estruturação e na implementação das políticas sociais, em particular, aqui, da política de assistência social. Tais transformações impactam direta e intensamente nas condições de trabalho do conjunto da classe trabalhadora e, por certo, daqueles segmentos empregados no Estado.

No Brasil, os(as) trabalhadores(as) têm amargado difíceis derrotas diante do capital, pela mediação do Estado, se expressa no conjunto de propostas elaboradas por ocasião do enfrentamento da crise sanitária da Covid 19 – cuja preocupação central foi salvaguardar os

interesses econômicos em detrimento dos do trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. As sociabilidades necessárias ao capital. **Crise, Pandemia, Trabalho e Política Pública**: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da COVID 19, Rio de Janeiro, v. 48, n. 19, p. 57-69, ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine. “**Escassez é um mito vendido caro**’: sobre o orçamento público em tempos de pandemia”. Esquerda Online, 19/03/2020.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, Ana Elisabete et alli (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-7.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-7.pdf)

DEMIER, Felipe. Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no brasil de bolsonaro. In: BRAVO, Maria Inês Souza, MATOS, Maurílio de Castro, FREIRE, Silene de Moraes. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 89-101.

FIUZA, Cislaghi, J. “Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise”; \_\_\_\_\_. “Parte II – O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências”; e \_\_\_\_\_. “Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos” (publicadas em Esquerda Online, respectivamente, em 08/06/2020, 15/06/2020 e 25/06/2020).

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, Racismo, Patriarcado, Dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: MARX E O MARXISMO, 2019, **Anais**. Niterói. p. 1 - 19.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021.

LIMA-SILVA, Fernanda *et al.* O nível de rua na pandemia: a percepção de profissionais da linha de frente da assistência social sobre a implementação de políticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.º 54(5):1458-1471, set./out. 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/rap/v54n5/pt\\_1982-3134-rap-54-05-1458.pdf](https://www.scielo.br/rap/v54n5/pt_1982-3134-rap-54-05-1458.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **La soledad de América Latina**. Discurso de aceptación de premio nobel de literatura. 1982.

MATOS, Maurílio Castro de. **Cotidiano, Ética e Saúde: o Serviço Social frente à contrarreforma do Estado e à criminalização do aborto**. 2009. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MELO, Demian. "O bolsonarismo como fascismo do século XXI" (artigo inédito cedido pelo autor, 2020).

ROCHA, Mirella Farias. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo Comparativo entre Brasil e Venezuela**. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na**

**América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. 338 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBDADQHWL/tesefinaltraspadiniufmgabril2016.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02. jul. 2019.

VELOSO, R. Serviço Social, trabalho e tecnologia da informação e trabalho. In **Em Pauta**, n.27. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.